



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

2ª COMISSÃO - CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 713/2025 e a emenda modificativa 001/2025

de autoria do Vereador Rodrigo Sá que dispõe sobre a regulamentação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por motocicleta, via aplicativos ou outras plataformas digitais no município de Manaus e dá outras providências.

PARECER

Trata-se de propositura apresentada pelo Vereador Rodrigo Sá, que dispõe sobre a regulamentação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por motocicleta, via aplicativos ou outras plataformas digitais no município de Manaus e dá outras providências.

A Procuradoria desta Augusta Casa opinou pela não tramitação do projeto de lei.

É o relatório.

Passo a opinar.

A Comissão de Constituição e Justiça tem a competência de apreciar todos os projetos que tramitam na Câmara Municipal, antes que eles sejam votados em Plenário pelos Senhores Vereadores. A Comissão avalia os aspectos constitucional, legal e jurídico das proposições.

Os Municípios possuem competência exclusiva para legislar sobre assuntos de interesse local (Art. 30, I) e competência suplementar para suplementar a legislação federal e a estadual no que couber (Art. 30, II).

O interesse local refere-se àqueles que dizem respeito mais diretamente





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União).

Os únicos impedimentos que a Constituição traz para os parlamentares, são as matérias de competência privativa dos Chefes do Executivo, previstas no art. 61, §1º, II da CF:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade,

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2929
www.cmm.am.gov.br

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR THAYSA LIPPY DE SOUZA FLORÊNCIO - VEREADOR(A) EM 10/12/2025 09:23:33

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : C0645F0F001B6942 . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Pois bem. O cerne da competência para legislar sobre o serviço de transporte remunerado por motocicleta via aplicativo reside na conjugação de dois fatores: a competência constitucional municipal e a lacuna regulatória federal.

O serviço de transporte individual de passageiros por motocicleta (Motoapp) não é uma atividade periférica, mas sim um vetor essencial da Mobilidade Urbana na Capital Manaus. Para os moradores das zonas mais carentes e periféricas, onde o transporte público coletivo convencional demonstra-se frequentemente deficiente ou inexistente, o serviço de Motoapp é o principal e, por vezes, o único meio viável para o deslocamento diário, acesso ao trabalho, saúde e educação.

A regulamentação desta atividade é, portanto, matéria de interesse local precípua, conferindo ao Município competência plena para legislar, nos termos do Art. 30, I, da Constituição Federal, e Art. 8º, I, da Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAM).

A Lei Federal n.º 13.640/2018, que alterou a Lei n.º 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), regulamentou *exclusivamente* o transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos de quatro rodas. O legislador federal, intencionalmente ou não, criou uma lacuna regulatória ao não dispor sobre o serviço análogo executado por motocicletas ("Motoapp"). Dessa forma, o Município, ao editar o PL 713/2025, não está invadindo competência privativa da União, mas sim exercendo sua competência suplementar e plena para organizar o interesse local e garantir a segurança jurídica e social de um modal vital para a cidade.

Ademais, o argumento de que o Projeto interfere na gestão administrativa do Executivo carece de sustentação jurídica sólida. O Projeto de Lei se limita a estabelecer o marco legal geral da atividade, fixando

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2929
www.cmm.am.gov.br

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR THAYSA LIPPY DE SOUZA FLORÊNCIO - VEREADOR(A) EM 10/12/2025 09:23:33

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : C0645F0F001B6942 . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

requisitos de segurança, transparência, qualidade do serviço e responsabilidades mínimas das plataformas digitais. O PL não adentra nas prerrogativas privativas do Art. 59 da LOMAM, pois não altera a estrutura administrativa nem interfere no regime de servidores.

A imposição de obrigações ao Executivo, como o registro das plataformas e a fiscalização do serviço regulamentado, é uma consequência lógica e natural do exercício do poder de polícia do Município sobre o transporte e a ordenação urbana. A função do Legislativo é a de legislar e normatizar a vida social, e a do Executivo é a de administrar e executar as leis. O PL 713/2025 apenas direciona a administração pública a exercer o seu dever legal de fiscalizar uma atividade que o Município tem competência para regulamentar.

Dessa forma, é imperativo reconhecer que a regulamentação é uma questão de justiça social e dignidade humana. Milhares de cidadãos manauaras, em face da precariedade do mercado de trabalho formal, encontraram na atividade de Motoapp sua principal fonte de subsistência. O não-reconhecimento e a ausência de regulamentação formal condenam esses trabalhadores à insegurança jurídica e à vulnerabilidade social e econômica.

Assim, não estando incluso em nenhuma vedação, legal está o projeto.

CONCLUSÃO

Sendo assim como a matéria encontra-se em consonância com os artigos supracitados, manifesto-me inteiramente **FAVORÁVEL** ao **Projeto de Lei n.º 713/2025 e a emenda modificativa 001/2025** de autoria do Vereador Rodrigo Sá.

É o Parecer.

Em Manaus, 10 de dezembro de 2025.

Thaysa Lippy

Vereadora/PRD

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2929
www.cmm.am.gov.br

